



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS**

**PROJETO DE CURSO:  
AGENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
Modalidade Presencial**

**Montes Claros/MG – 2015  
IFNMG**

**Reitor**

Prof. JOSÉ RICARDO MARTINS DA SILVA

**Pró-Reitor de Administração**

Prof. EDMILSSON TADEU CASSANI

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**

Prof. ALISSON MAGALHÃES CASTRO

**Pró-Reitora de Ensino**

Prof<sup>a</sup>. ANA ALVES NETA

**Pró-Reitor de Extensão**

Prof. PAULO CÉSAR PINHEIRO DE AZEVÊDO

**Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação**

Prof. ROGÉRIO MENDES MURTA

**Diretor da Diretoria de Educação a Distância**

Prof. Antônio Carlos Soares Martins

**Coordenador Geral Pronatec-IFNMG**

Prof<sup>a</sup> Ramony Maria da Silva Reis Oliveira

**Coordenador Adjunto Pronatec-IFNMG**

Prof. Ednaldo Liberato de Oliveira

**Adaptação**

Ramony Maria da Silva Reis Oliveira

Ivanise Melo de Souza

Patrícia França Rodrigues Santana

Amanda Seixas Murta

Cecília Xavier de Macedo

# SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE CURSO.....	4
1.1 Apresentação da Instituição.....	4
2. DADOS GERAIS DO CURSO.....	8
3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO.....	9
3.1 Justificativa .....	9
3.2 Objetivos:.....	9
3.2.1 Geral.....	9
3.2.2 Específicos .....	10
3.3 Público alvo.....	10
3.4 Perfil Profissional do Egresso .....	10
3.5 Pré requisitos e mecanismos de acesso.....	11
3.6 Organização Curricular .....	11
3.6.1 Matriz curricular do curso .....	11
3.6.2 Ementário .....	12
3.7 Metodologia .....	18
3.8 Material didático do curso .....	19
3.9 Avaliação da Aprendizagem .....	20
3.9.1 Aspectos a serem avaliados.....	20
3.9.2 Instrumentos de avaliação:.....	20
4. INFRAESTRUTURA.....	20
5. EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS.....	21
6. CERTIFICAÇÃO.....	21
7. REFERÊNCIAS .....	21

# 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

<b>DADOS DA INSTITUIÇÃO E DO RESPONSÁVEL PELO CURSO</b>
<b>INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS/IFNMG</b> <b>CNPJ:</b> 10.727.655/0003-81 <b>Razão Social:</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais Esfera Administrativa Federal <b>Endereço:</b> Rua Luiz Pires, 202 – Centro <b>Cidade/UF/CEP:</b> Montes Claros/MG – CEP. 39400-106 <b>Telefone/Fax:</b> (038) 32013098 <b>Site da Instituição:</b> <a href="http://www.ifnmg.edu.br">www.ifnmg.edu.br</a>
<b>Curso: AGENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b> <b>Carga horária total: 240h</b>

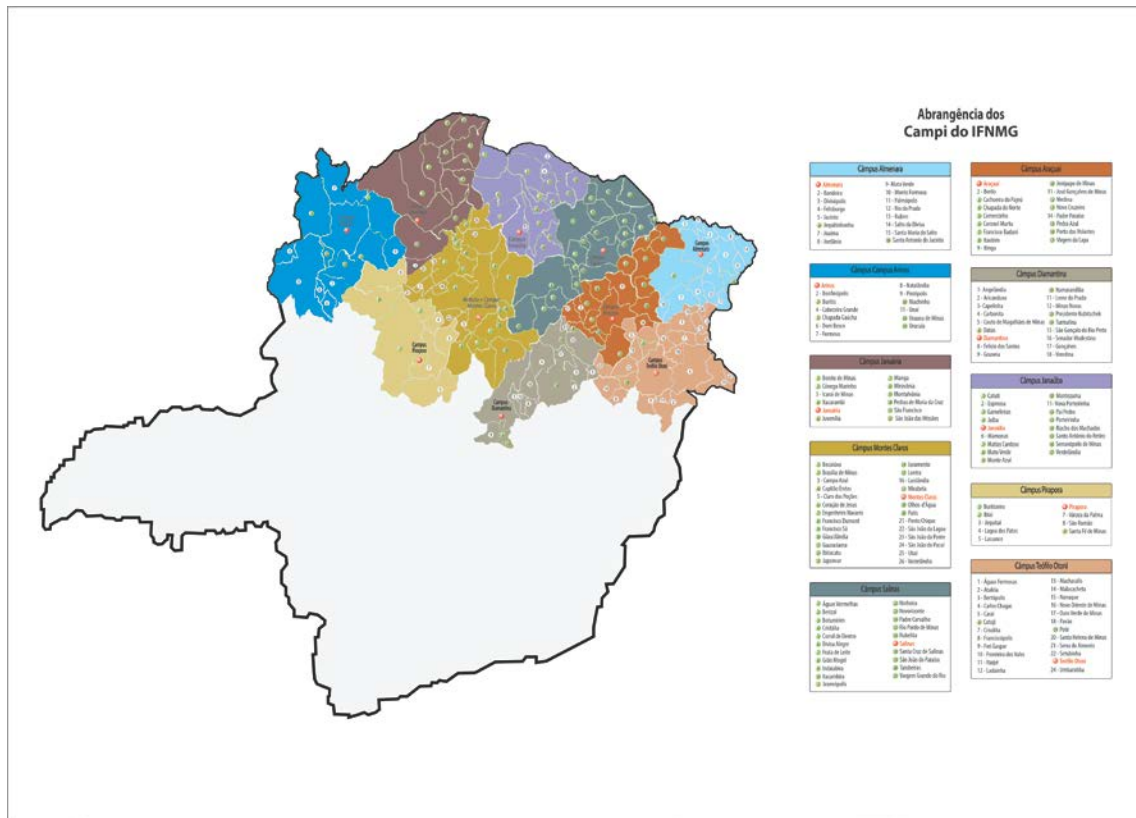
## 1.1 Apresentação da Instituição

O IFNMG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, Multicampus e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O IFNMG Surge com a relevante missão de promover uma educação pública de excelência por meio da junção indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Agrega pessoas, conhecimentos e tecnologias, visando a proporcionar a ampliação do desenvolvimento técnico e tecnológico da região norte-mineira.

A área de abrangência do IFNMG é constituída por 126 municípios distribuídos em 3 mesorregiões (Norte, parte do Noroeste e parte do Vale do Jequitinhonha, no Estado de

Minas Gerais), ocupando uma área total de 184.557,80 Km<sup>2</sup>. A população total é de 2.132.914 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (BRASIL, IBGE, 2000). Está presente nas cidades de Januária, Arinos, Almenara, Araçuaí, Pirapora, Montes Claros e Salinas, além daquelas cidades onde os *campis* se encontram em implantação: Diamantina, Teófilo Otoni e Janaúba.



A abrangência dos *campis* do IFNMG pode ser observada no mapa abaixo:

Figura 1: Mapa da área de abrangência do IFNMG

A maioria dos seus *campis* é recente, com exceção do *campus* Salinas que se originou da Escola Agrotécnica de Salinas e do *campus* Januária, antes CEFET de Januária, que já vêm contribuindo para o desenvolvimento científico e cultural da região por mais de 50

anos. Porém, essa região ainda apresenta condições de produção e relações de trabalho precárias e informais; como também, são encontrados os piores indicadores de infraestrutura na área social, especialmente em relação às condições de saneamento básico na região Sudeste, e ainda carências crescentes na oferta de equipamentos e serviços de consumo coletivo, conforme os dados constantes no caderno do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

O IFNMG está inserido numa região semiárida, que requer estudos e pesquisas no sentido de identificar seu potencial produtivo, na tentativa de vencer os determinantes ambientais e sociopolíticos que atuam como fatores geradores dos baixos indicadores de desenvolvimento sociais, os quais se refletem nas limitações do capital social regional; êxodo rural-urbano acentuado, através do qual as microrregiões baseadas em atividades econômicas tradicionais apresentam perda populacional para outras regiões consideradas mais dinâmicas.

No entanto, uma consideração relevante a ser feita, é que a região não pode ser vista como porção do Brasil que representa um “bolsão de pobreza”. Na verdade, é uma região que possui um panorama de contrastes. Muito tem sido feito no sentido de elevar os índices de qualidade de vida da população, com políticas públicas que têm visado minimizar os problemas de estagnação socioeconômicos e históricos da população dessa região. Dentre tantas, o Projeto do Ministério da Educação (MEC) de criação e ampliação dos IFs, representa sem dúvida, possibilidades de inserção das pessoas em processos de formação tecnológica e superior, capacitando-as para atuarem como agentes nos processos de mudanças tão necessárias à promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

Além disso, essa região possui o maior projeto de Irrigação da América Latina, localizado no município de Jaíba, assim como, outros projetos de menores portes, como o do Vale do Gortuba, em Janaúba, ambos destacando-se na fruticultura altamente tecnificada para suprir o mercado interno e externo. E, ainda estão presentes regionalmente, os programas de incentivo à agricultura familiar, motivação para a instalação de indústrias para

a produção de biodiesel, produção de cachaça, fabricação de cerâmicas, além de produtos com grande potencial para exportação.

Adicionado a essa heterogeneidade, a região tem um grande potencial para o ecoturismo, como as cavernas do Vale do Peruaçu e o pantanal de água doce de Pandeiros em Januária, balneários que precisam ser explorados, desenvolvendo estratégias sustentáveis para a promoção do eco desenvolvimento regional. Ressalta-se nesta região, a maior produção de cachaça do estado de Minas Gerais, com destaque para Salinas, onde a produção de cachaça artesanal de alambique foi protegida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com o selo de Indicação Geográfica.

Assim, o IFNMG possui dupla tarefa: o resgate da identidade cultural da região e a procura de seu desenvolvimento pleno no seio da comunidade local e regional, investindo na formação de recursos humanos para o desempenho das profissões exigidas pela sociedade e necessárias para o mercado em contínuas e profundas transformações.

O desafio do IFNMG é estar permanentemente conectado com as necessidades sociais e econômicas das regiões em que está presente. Na promoção do desenvolvimento, a instituição deve contribuir para atender às demandas já existentes, assim como fomentar as potencialidades que determinada região apresenta, a fim de atender às demandas futuras.

Quando se procura compreender os desafios do IFNMG, percebe-se que os institutos são instrumentos de intervenções diretas do governo com relação à educação profissional e ao desenvolvimento regional, uma vez que as estatísticas sinalizam carência de mão de obra especializada e apta a atender aos arranjos produtivos que a nova demanda apresenta. O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira.

Ao definir sua missão, assume sua preocupação com as necessidades, presentes e futuras, do meio no qual está inserido. Traz, em sua concepção, o compromisso de que a educação profissional, científica e tecnológica é essencial, não somente para que o município e a região alcancem o nível necessário de desenvolvimento cultural, econômico e social sustentável, mas também para o cultivo da criatividade cultural, para a melhora do

padrão de vida, assim como para a vivência dos direitos humanos, da democracia e do amplo respeito.

Nessa perspectiva, a implantação dos cursos agrícolas ocorre desde a década de 60 nas escolas agrícolas de Januária e Salinas, e a dos cursos superiores teve início em 2004 com o curso superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (CEFET Januária), e em 2005, iniciou-se o Curso Superior de Tecnologia em Produção de Cachaça na Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF Salinas). Atualmente, os *campis* do IFNMG já oferecem outros cursos superiores como Administração, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, além das licenciaturas em Ciências Biológicas, Física, Química e Matemática, ampliando em 2011, para Engenharia de Alimentos, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Produção de Grãos e Medicina Veterinária; e ainda em 2012, a ampliação com os cursos de Engenharia Química, e em 2013 o curso de Bacharelado em Ciência da Computação.

A contribuição do IFNMG para a região, se constitui num referencial ímpar, como fator de desenvolvimento local e regional e, sobretudo, na preparação de cidadãos para atuarem como verdadeiros agentes de mudanças nos campos da atividade produtiva, econômica, social, política e cultural.

## **2. DADOS GERAIS DO CURSO**

**Nome:** Agente de Proteção Social Básica

**Eixo tecnológico:** Desenvolvimento Educacional e Social

**Características do curso:** Atua no âmbito dos programas e projetos de assistência social, governamentais e não-governamentais, que visam a prevenção de situações de risco social e pessoal de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, ameaças e risco de violência.



**Nível:** Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores- FIC

**Modalidade de oferta:** Presencial

**Carga Horária:** 240h

**Duração:** 04 meses

**Escolaridade Mínima:** Ensino Médio Incompleto

**Número de vagas por turma:** 20

**Frequência da oferta:** Conforme demanda do(s) parceiro(s) demandante(s)

**Periodicidade das aulas:** Semanais

**Turno das aulas:** A ser definido

**Local das aulas:** Polo de Apoio Presencial

### **3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

#### **3.1 Justificativa**

O IFNMG é uma instituição pública federal que tem como objetivo oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, visando atender a demanda local e regional é que propomos o curso de Agente de Proteção Social Básica.

#### **3.2 Objetivos:**

##### **3.2.1 Geral**

Formar profissionais capazes de atuar no âmbito dos programas e projetos de assistência social, governamentais e não governamentais, que visam a prevenção de

situações de risco social e pessoal de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, ameaças e risco de violência.

### **3.2.2 Específicos**

- Capacitar profissionais para atuação e intervenção em situações de vulnerabilidade social;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos para que o egresso possa atuar na área social desenvolvendo serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de família e indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada;
- Planejar e executar ações e estratégias de atuação de promoção da saúde e a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;
- Conhecer a legislação pertinente aos direitos sociais básicos e aos serviços de proteção básica e especial vinculados à política de assistência social.

### **3.3 Público alvo**

O curso de Agente de Proteção Social Básica, na modalidade presencial, é destinado a estudantes e/ou trabalhadores que tenham o Ensino Médio Incompleto, com interesse em desenvolver atividades de desenvolvimento educacional e social.

### **3.4 Perfil Profissional do Egresso**

Ao final do curso espera-se que os concluintes tenham adquirido as capacidades a seguir:

I) Atuação em situações de risco buscando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários entre os segmentos assistidos;

II) Prática profissional ética com atuação em diferentes condições de trabalho, tomando decisões de forma responsável para contornar problemas e enfrentar situações imprevistas com ênfase no trabalho em grupo de forma respeitosa e solidária;

III) Domínio de conhecimentos práticos e teóricos para atuação e intervenção em situações de risco e de vulnerabilidade social;

IV) Conhecimento de legislação pertinente aos Direitos Sociais e dos serviços de prestação de proteção social básica e especial vinculados à política de assistência social no Brasil.

### **3.5 Pré requisitos e mecanismos de acesso**

O pré-requisito básico para o acesso do indivíduo ao curso de Agente de Proteção Social Básica é o Ensino Médio Incompleto.

### **3.6 Organização Curricular**

A organização curricular está elaborada de forma sequencial, cujo intuito é facilitar o entendimento dos princípios teóricos e práticos para desenvolver a atividade de Vigilante. No entanto, pode haver adaptações para melhor atender a turma, uma vez que a atividade de segurança oferece oportunidade de aprendizado teórico inserido na prática. Apresentando 07 disciplinas totalizando 240 h.

#### **3.6.1 Matriz curricular do curso**

<b>Agente de Limpeza Urbana</b>	
<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Carga horária</b>
Núcleo Comum	60 h
Direitos Sociais e Legislação	26 h
Estado e Sociedade Civil e a Constituição da Rede Sócio- Assistencial	26 h

Pobreza, exclusão e Desigualdade social	26 h
Política Pública de Assistência Social	26 h
Projeto Integrador	26h
Proteção Social Básica	25 h
Proteção Social Especial	25 h
TOTAL	240 h

### 3.6.2 Ementário

**Disciplina:** Direitos Sociais e Legislação – 26 h

**Ementa:** As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do estado e dos poderes. As Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânicas Municipais. A legislação social: CLT, LOAS, ECA, SUS, etc. Relações jurídicas no marco da integração supranacional. A legislação profissional e outras legislações de interesse do Serviço Social. Estatuto de Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

#### **Bibliografia**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro 1988.25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CHAVES, Antônio. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 2 ed. São Paulo:Cortez, 2004.

MASCARO, Alysso Leandro. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2011. SãoPaulo: Ltr, 1997.

VIEIRA. Evaldo. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.

**Disciplina:** Estado e Sociedade Civil e a Constituição da Rede Sócio-Assistencial–  
26 h

**Ementa:** O papel do Estado e da Sociedade Civil na política de Assistência Social. Conceito e construção teórica da rede de proteção social básica e especial. Organização da rede de serviços por território. Metodologia do trabalho em rede por território. Indicadores sociais de vulnerabilidade e avaliação e elaboração de propostas de avaliação de programas, projetos ou serviços sócio-assistenciais.

### **Bibliografia**

BENÍCIO, João Carlos. Gestão Financeira para a organização da Sociedade Civil. São Paulo:Global, 2000.

OFF, Clauss. Teoria do Estado e Política Social. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

VIEIRA, E. Democracia e Política Social. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

**Disciplina:** Pobreza, exclusão e desigualdade social– 26 h

**Ementa:** Principais enfoques teóricos sobre pobreza, exclusão e desigualdade social, mapeando o debate atual na área, principais avanços e desafios. Exclusão, vulnerabilidade e risco. Impacto e constrangimentos de diversas concepções sobre pobreza no desenho de políticas alternativas de intervenção. O caso das políticas para juventude como desafio para as políticas de inclusão social.

### **Bibliografia**

ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: BoitempoEditorial, 2006.

MÉSZAROS, Georges. Combatendo a Desigualdade Social:o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

VIEIRA, Evaldo Amaro. Estado e Miséria Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1983.

**Disciplina:** Política Pública de Assistência Social– 26 h

**Ementa:** Política de Assistência Social sob a orientação do SUAS: Diretrizes da política nacional de assistência social e Eixos Estruturantes da atual Política. Aspectos históricos e teóricos da proteção social no Brasil. Legislação Social Brasileira e a garantia de direitos sócios assistenciais. A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos Sociais. Funções, Princípios e Garantias da Política Nacional de Assistência Social.

### **Bibliografia**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome – MDS. Política Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008

RAICHELIS, Raquel. Crise do Estado de Bem-Estar e os impasses da esfera pública. In: SILVA e

SILVA, Maria Ozanira. (Org.) Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

**Disciplina:** Proteção Social Básica– 26 h

**Ementa:** Proteção social básica: pressupostos teóricos. Estruturação dos serviços da proteção social básica. Organização do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. Identificação, Recadastramento e Acompanhamento das Famílias beneficiadas. Intersetorialidade. Índice de Gestão Descentralizada –IGD Programas de Renda Mínima. Conceito e aspectos históricos da constituição das famílias. Políticas sociais e o enfoque sócio-familiar. Os novos movimentos e arranjos familiares. O trabalho com família no SUAS.

### **Bibliografia**

BRASIL. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. República Federativa, Brasília, DF.

SILVA, Maria Ozanira (Org). A política social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

BATTINI, Odária (Org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em Debate. São Paulo: Veras, 2007.

SPOSATI, Aldáiza de Oliveira. A menina LOAS: um processo de construção de assistência social. São Paulo: Cortez, 2005.

**Disciplina:** Proteção Social Especial – 25 h

**Ementa:** Caracterização de riscos sociais e perda de direitos que definem público alvo da proteção social especial. Organização dos serviços de média e alta complexidade. Articulação com as demais políticas. Programas, projetos e serviços de proteção social especial aos diferentes segmentos populacionais usuários da política de assistência social. Serviço de proteção especial de média complexidade. Serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (Paefi) Serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e sua família. Serviço especializado para pessoas em situação de rua. Serviços de proteção social especial de alta complexidade. Serviço de acolhimento em famílias acolhedoras: abrigo institucional, casa lar, casa de passagem, residência inclusiva.

### **Bibliografia**

MARLATT, A G. A redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.



COSTA, Ana Paula Motta. As Garantias Processuais e o Direito Penal Juvenil: como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

MACHADO, Martha Toledo. A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Manole, 2001.

**Disciplina:** Projeto Integrador – 25 h

**Ementa:** O projeto integrador visa orientar o educando para a elaboração de um projeto onde o aluno deverá utilizar as ferramentas adquiridas nos componentes curriculares do módulo, exercitando a interdisciplinaridade, e, procurando sempre a orientação e apoio técnico dos educadores. Ao final do módulo o aluno, orientado pelo professor, deverá apresentar um portfólio conforme Anexo I e um plano de ações que deverá conter estratégias para atuação e intervenção em situações de risco e de vulnerabilidade social.

### **Bibliografia**

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico: Conceito, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2008.

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Os direitos (dos desassistidos) sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez 2006. social.

### 3.7 Metodologia

Este curso possibilita uma forma de atendimento, na qual o educando possa compreender o mundo compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria da qualidade de vida. Deve contemplar a elevação profissionalização para um contingente de cidadãos cerceados do direito de acesso a uma formação profissional de qualidade, levando em conta que cada educando tem uma experiência de vida acumulada de acordo com a sua realidade vivida.

Dessa forma, o curso propõe uma matriz curricular que assegure o acesso, a permanência e o êxito do profissional formado não apenas no curso em si, mas também no setor formal ou como profissional autônomo. Serão empregados procedimentos diversos para alcançar os objetivos propostos no curso, sendo de responsabilidade dos docentes a transposição didática dos conhecimentos constantes na sua matriz curricular. As metodologias de ensino deverão implicar em procedimentos didático-pedagógicos que orientem os estudantes com vistas a uma formação profissional que possibilite além do conhecimento de técnicas específicas do curso, a habilitação para o desempenho da profissão levando em consideração princípios e valores, tais como, relacionamento interpessoal, comunicação com o público, o trabalho em equipe, leitura e interpretação de informações técnicas, observando sempre o agir eticamente. Para tal serão realizadas atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação, com aulas expositivas em sala de aula e aulas práticas semanais, de acordo com o calendário do curso. Sendo adotadas estratégias de ensino que apresentam diferentes práticas descritas a seguir:

- Utilização de aulas expositivas, dialogadas para a construção do conhecimento nas disciplinas;
- Utilização de aulas práticas, na qual os alunos poderão estabelecer relações entre os conhecimentos adquiridos e as aulas práticas;

- Pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos no seu futuro campo de atuação;
- Discussão de temas: partindo-se de leituras orientadas: individuais e em grupos; de vídeos, pesquisas; aulas expositivas;
- Estudos de Caso: através de simulações e casos reais nos espaços de futura atuação profissional
- Seminários apresentados pelos alunos, professores e também por profissionais de diversas áreas de atuação;
- Abordagem de assuntos relativos às novas tecnologias na área de atuação
- Dinâmicas de grupo;
- Palestras com profissionais da área, tanto na instituição como também nos espaços de futura atuação do cursista.
- Visitas técnicas: De acordo com a necessidade do curso.

As práticas profissionais integram o currículo do curso, contribuindo para que a relação teoria prática e sua dimensão dialógica estejam presentes em todo o percurso formativo. São momentos estratégicos do curso em que o estudante constrói conhecimentos e experiências por meio do contato com a realidade cotidiana.

### **3.8 Material didático do curso**

O material didático a ser utilizado no curso será impresso a partir de materiais produzidos pelo IFNMG para o curso ou utilizados materiais já produzidos por outras instituições. Em caso de necessidade de elaboração ou adaptação do material didático para que o processo educacional atinja seus objetivos.

### **3.9 Avaliação da Aprendizagem**

O processo avaliativo será formativo, levando em consideração o acompanhamento e evolução no decorrer do curso. Bem como a verificação dos conhecimentos teóricos e práticos e às transformações comportamentais adquiridas no desenvolvimento das aulas. O aluno será considerado apto a qualificação e certificação desde que tenha aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) e frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento).

#### **3.9.1 Aspectos a serem avaliados**

- Domínio do conteúdo teórico e das técnicas apresentadas na disciplina;
- Participação nas aulas, demonstrando interesse e iniciativa;
- Assiduidade/pontualidade;
- Participação nas aulas, de forma crítica e reflexiva;
- Criatividade/responsabilidade;
- Zelo pelo material de uso coletivo;
- Relacionamento interpessoal;
- Ética e postura profissional;

#### **3.9.2 Instrumentos de avaliação:**

- Questionários;
- Trabalhos individuais e/ou de equipe;
- Atividades práticas;desenvolvidas de acordo com a necessidade do curso;
- Autoavaliação.

## **4. INFRAESTRUTURA**

As instalações disponíveis para o curso deverão conter: sala de aula ampla e equipada com carteiras individuais, biblioteca com o acervo bibliográfico necessário para a

formação integral e específica do aluno, data show, sala de professores, banheiro masculino e feminino.

## **5. EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS**

Os equipamentos e materiais necessários para o desenvolvimento do curso serão disponibilizados aos alunos de acordo com a especificação técnica e teórica solicitada pelo docente.

## **6. CERTIFICAÇÃO**

Após conclusão do curso o estudante receberá o Certificado de Agente de Proteção Social Básica, do Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social, Carga Horária: 240 horas.

## **7. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Congresso Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 01. Número 248, 23 de dezembro de 1996.

Cursos FIC. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/guia.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2013.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. EdPaz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

Pronatec:objetivoseiniciativas.Disponívelem:

<http://pronatec.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas>. Acesso em: 30 maio 2013.

ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMéd, 1998.